

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.233 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2001

Congresso faz sessão hoje para votar MPs

Senador Antonio Carlos Magalhães pretende manter o critério de antiguidade para a inclusão das matérias na pauta e acredita na retomada dos trabalhos. “Não é justo que, convocado para isso, o Congresso não vote”, afirmou



Boicote dos países do Nafta à pecuária brasileira é condenado em plenário

O Congresso Nacional deve recomeçar hoje, às 18h30min, a votação de 72 medidas provisórias incluídas na pauta da convocação extraordinária. Na semana passada, a apreciação foi suspensa devido à obstrução da maioria dos partidos, mas o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, diz que as votações devem ser retomadas. “Afim de contas, não é justo que, convocado para isso, o Congresso não vote as medidas provisórias”, observa. A pauta de hoje deve ser aberta com a discussão das emendas à MP que autoriza repasses do Tesouro Nacional ao Fundo de Amparo ao Trabalhador e transfere o controle desses recursos ao Conselho Monetário Nacional.

PÁGINA 3

CRE analisa restrição ao porte de armas de fogo

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional programou para hoje reunião em que serão discutidos os projetos que limitam o porte de armas de fogo. Relatório apresentado pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), relator da matéria na comissão, é favorável ao texto que garante ao cidadão a posse do armamento de fogo, mas proíbe o porte. O registro para o porte, segundo o projeto, será bastante rigoroso, ficando restrito a policiais, militares e seguranças.

PÁGINA 5



Mozarildo Cavalcanti: só medidas urgentes podem deter a internacionalização da região

Mozarildo cobra proteção para Amazônia

PÁGINA 8

SENADORES CRITICAM BOICOTE DE TRÊS PAÍSES À CARNE BOVINA BRASILEIRA

O embargo imposto por Canadá, Estados Unidos e México à carne bovina brasileira foi criticado por vários senadores ontem. Paulo Hartung apresentou pedido de convocação do ministro das

Relações Exteriores para prestar esclarecimentos, enquanto Osmar Dias quer ouvir também o ministro da Agricultura. O embargo foi condenado ainda por Ramez Tebet.

PÁGINA 7



Paulo Hartung quer ouvir o ministro das Relações Exteriores



Osmar Dias garante que o embargo não tem suporte técnico



Ramez Tebet condena o boicote dos países do Nafta à carne brasileira



Álvaro Dias insiste na quebra de sigilo bancário de Eurico Miranda

PÁGINA 5

ACM defende a votação de medidas provisórias

“Não é justo que, convocado para isso, o Congresso não vote as medidas provisórias”, argumenta o presidente do Senado, que também aguarda uma decisão da Câmara quanto à emenda constitucional que regula a edição de MPs

O Congresso deve retomar hoje a votação de medidas provisórias, disse o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. “Afinal de contas, não é justo que, convocado para isso, o Congresso não vote as medidas provisórias”, observou.

O senador voltou a se manifestar em favor de uma definição quanto à proposta de emenda constitucional que regula a edição de MPs, que aguarda votação na Câmara dos Deputados. Mas res-

saltou que a decisão agora cabe apenas à Câmara, pois o Senado já votou e aprovou a matéria.

No encaminhamento das votações das medidas provisórias, Antonio Carlos disse que pretende continuar usando o critério já definido para sua inclusão na pauta, que é a ordem de antiguidade. Admitiu, porém, que, por entendimento entre as lideranças partidárias, sejam indicadas matérias com prioridade para apreciação.



Antonio Carlos esclareceu que as MPs serão votadas por ordem de antiguidade

Para Antonio Carlos, eleição no Senado pode ter terceiro nome

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, confirmou que o adiamento da reunião da bancada do PFL na Casa servirá às articulações para consolidar o surgimento de uma “terceira via” para a sucessão do cargo que ocupa. Embora tenha confessado sua simpatia pelo candidato da oposição, Jefferson Péres (PDT-AM), a quem definiu como um “representante da linha da moralidade”, Antonio Carlos disse que o nome escolhido poderá ser outro.

— O senador é digno de ter o nosso voto. Entretanto, devo dizer que o partido vai votar unido, da forma que lhe for mais conveniente. Poderá ser Jefferson Péres, mas também poderá ser uma nova candidatura que vai surgir, uma terceira via — esclareceu.

Antonio Carlos não quis adiantar nomes, mas disse que há vários em exame, e garantiu que o escolhido reunirá condições de representar a maioria da Casa. Disse ainda que as alternativas são figuras “que podem ser aplaudidas pela nação e dar um cunho de moralidade pública ao Senado, porque, como está, a situação ficará muito feia para o Brasil se for eleito o candidato do PMDB”.

O senador aprovou a possível participação do vice-presidente Marco Maciel nos entendimentos:

— Ele é um homem de conciliação, tem demonstrado grande fidelidade ao presidente da República, mas também tem o interesse partidário de que nos saíamos bem nas duas Casas. A vontade dele é conseguir a conciliação em função de um bom nome.

Jefferson Péres só retira candidatura se PMDB lançar um nome de consenso

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), candidato dos partidos de oposição à Presidência do Senado, disse que só não disputará a eleição se o PMDB apresentar um nome de consenso. Ele descartou a possibilidade de apoiar o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ou um terceiro candidato que venha a ser lançado a partir das articulações conduzidas pelo PFL.

— Essa não é uma decisão pessoal, mas dos partidos de oposição, que decidiram que a única hipótese de retirada de minha candidatura seria em favor de um nome de consenso do PMDB, o que acho possível, mas não acho provável — afirmou Jefferson Péres.

Ele acrescentou que levou esta



Jefferson: “Sou uma pessoa séria, responsável, e jamais trabalharia contra o país”

informação ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Na avaliação de Jefferson Péres, a disputa pela Presidência do Senado passa por três hipóteses. Se o

PFL lançar um terceiro nome, Jader será eleito. Se o PFL liberar sua bancada, o candidato das oposições tem chances de vencer a disputa. Se o PFL resolver apoiá-lo, Jefferson acredita que está eleito.

Se eleito, ele garantiu que presidirá o Senado com independência, diálogo e respeito pelos demais Poderes. “Não serei instrumento, nem inimigo do governo”, antecipou. E opinou que, como o Brasil vive uma democracia madura, não existiria inconveniente nenhum se o Congresso Nacional tivesse um presidente de oposição ao governo.

— Sou uma pessoa séria, responsável e equilibrada, e jamais trabalharia contra o país — afirmou

Ministério Público é cobrado por investigação de dossiês

O senador Antonio Carlos Magalhães pediu ontem que a Mesa da Casa se dirija ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, para cobrar resposta às apurações solicitadas pelo Conselho de Ética do Senado referentes a dossiês contendo acusações contra ele próprio e o líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA).

Esses dossiês foram encaminha-

dos pelo Conselho de Ética ao Ministério Público no ano passado e foram apresentados pelo presidente do Senado e pelo líder peemedebista, com acusações mútuas. “Estou censurando publicamente o procurador Geraldo Brindeiro pela ausência de resposta ao Poder Legislativo, que lhe enviou em abril toda a documentação para ser examinada a respeito dos senadores citados”, afir-

mou Antonio Carlos.

Presidindo a sessão, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) anunciou que solicitaria providências ao vice-presidente da Casa, Geraldo Melo (PSDB-RN), à Mesa e ao Conselho de Ética. O senador Antonio Carlos pediu, entretanto, que cópia do seu discurso fosse encaminhada ao procurador-geral Geraldo Brindeiro, por considerar esse o caminho mais rápido.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2001

PLENÁRIO	9h — Sessão não deliberativa
14h30 — Sessão não deliberativa 18h30 — Sessão Conjunta do Congresso Nacional Pauta: Apreciação de medidas provisórias. Plenário da Câmara dos Deputados	COMISSÃO
COMISSÃO	Quarta-feira 10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: PLC nº 44/2000, acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes; PLC nº 103/2000, altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212/91, com a redação dada pela Lei nº 8.620/93 (infração por servidor contra a Previdência Social); e PLS nº 276/2000, acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000, para uniformizar os mandatos dos dirigentes de órgãos do Poder Judiciário com o exercício financeiro. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3
PREVISÃO PLENÁRIO	ESPECIAL
Quarta-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: agenda em aberto	Quarta-feira 12h — Cultura ao Meio-Dia Filme: O Primeiro Dia, de Daniela Thomas e Walter Salles. Auditório Patrônio Portella
Quinta-feira 10h — Sessão deliberativa ordinária Pauta: agenda em aberto	
Sexta-feira	

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso retoma apreciação de medidas provisórias

Sessão marcada para as 18h30 de hoje deve começar com análise das emendas à MP que autoriza repasses do Tesouro Nacional ao Fundo de Amparo ao Trabalhador e transfere o controle desses recursos ao Conselho Monetário Nacional

A análise de 72 medidas provisórias (MPs) incluídas na pauta de convocação extraordinária será retomada hoje, a partir das 18h30, durante sessão do Congresso Nacional. A pauta de votações deve ser aberta com a discussão das emendas à MP nº 2.114-75, que autoriza repasses do Tesouro Nacional ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e transfere o controle desses recursos ao Conselho Monetário Nacional (CMN). A decisão da maioria dos partidos políticos de obstruir os trabalhos legislativos levou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a suspender a apreciação das emendas à matéria na quinta-feira passada.

Enquanto os partidos de oposição decidiram obstruir a votação por entender que a matéria prejudicava os trabalhadores, PMDB e PSDB adotaram essa postura para forçar o PFL a declarar se votaria contra ou a favor do governo. Ao encerrar a sessão conjunta da Câmara e do Senado, transferindo o exame das MPs para esta terça-feira, Antonio Carlos Magalhães disse que iria conduzir o reinício dos trabalhos com ou sem obstrução partidária.

A disposição do presidente da Casa é dar prioridade às medidas provisórias mais antigas, como a que regula dispositivos complementares ao Plano Real, reeditada 73 vezes. Nessa condição também estão a MP nº 2.095-71, reeditada por 71 meses seguidos, que dispõe sobre o cadastro de inadimplentes com órgãos e entidades federais (Cadín) e cancela dívidas de pequeno valor com o fisco, e a MP nº 2.062-62, que altera a legislação do imposto de renda das empresas, reduzindo para 15% a alíquota do tributo incidente na fonte sobre os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos ao exterior como *royalties*.

A pauta de votação também inclui assuntos de ordem administrativa, como a MP nº 2.092-20, que institui o Programa de Desligamento Voluntário (PDV); a MP nº 2.093-21, que reestrutura e organiza as carreiras de auditor do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Ministério do Trabalho; e a MP nº 2.131-1, que revê a remuneração dos militares das Forças Armadas.



Obstrução de vários partidos levou o Congresso Nacional a adiar para hoje o exame de medidas provisórias

Deputados tentam votar hoje a limitação das MPs

A retomada da votação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias que integram a pauta da convocação extraordinária, prevista para o início da noite de hoje, deverá ocorrer poucas horas depois da primeira tentativa da Câmara de apreciar, durante o período da convocação, a emenda constitucional que limita o poder do governo de editar novas MPs.

A emenda constitucional foi incluída na pauta da convocação, anteriormente composta apenas

por medidas provisórias, por decisão dos presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer. Ela deverá ser o principal item da Ordem do Dia da Câmara. Mas corre o risco de não ser colocada em votação, uma vez que parte da base governista não considera oportuna uma decisão sobre o tema nesta semana.

A maior polêmica em torno do substitutivo à emenda constitucional adotado por uma comissão es-

pecial da Câmara refere-se à revogação, prevista pelo texto, do artigo 246 da Constituição, que proíbe a regulamentação de reformas constitucionais aprovadas desde 1995, como a previdenciária e a administrativa, por meio de medida provisória. Essa proposta do substitutivo, criticada pela oposição, é apontada pelo governo como necessária à manutenção da governabilidade do país.

A emenda constitucional que tramita na Câmara – depois de ser

aprovada pelo Senado – estabelece que as medidas provisórias perderão eficácia se não forem convertidas em lei no prazo de 60 dias, prorrogável uma vez por igual período, a partir de sua publicação. A contagem do prazo, além disso, será suspensa durante os períodos de recesso do Congresso Nacional. Por isso, poderiam deixar de ser necessárias novas convocações extraordinárias de deputados e senadores nos meses de janeiro e fevereiro.

Pauta do Senado na convocação extraordinária – Período: 29 de janeiro a 14 de fevereiro de 2001

Projeto	Assunto	Autor	Relator	Parecer	Tramitação
PLC 10, de 1996	Define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Código Penal	Executivo	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela inconstitucionalidade do PLC 10/96 e pelo desapensamento do PLS 104, de 1995	Os projetos tramitam em conjunto. Por solicitação do governo, a CCJ decidiu suspender a tramitação do PLC 10/96
PLS 104, de 1995	Altera dispositivo da Lei de Execução Penal sobre exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade	Romeu Tuma (PFL-SP)			
PLC 45, de 1998	Altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a administração pública	Executivo	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela aprovação, na forma do substitutivo	Aprovado o parecer na reunião da CCJ do dia 31/01, foi aberto prazo para apresentação de emendas até o dia 12/02
PLS 292, de 1999	Dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo	Gerson Camata (PMDB-ES)	Renan Calheiros (PMDB-AL), na CCJ, e	Na CCJ, foi aprovado parecer de Calheiros, favorável ao PLS 614/99, na forma de substitutivo, que proíbe, com exceções, a venda de armas.	Os projetos, que tramitam em conjunto, estão incluídos na pauta da reunião que a CRE realiza hoje
PLS 386, de 1999	Estabelece critérios para o porte de armas de fogo	Djalma Falção (ex-senador)	Pedro Piva (PSDB-SP), na CRE	Na CRE, Piva apresentou relatório favorável ao PLS 292/99, na forma de substitutivo, que proíbe o porte, mas não restringe a venda de armas	
PLS 614, de 1999	Proíbe a venda de arma de fogo e munição em todo o território nacional	José Roberto Arruda (PSDB-DF)			
PLC 103, de 2000	Altera a redação da Lei Orgânica da Seguridade Social (altera a aplicação de multa a administradores públicos que atrasarem o recolhimento de contribuições ao INSS)	Executivo	José Fogaça (PMDB-RS)	_____	O projeto está na pauta da reunião que a CCJ realiza nesta quarta-feira (dia 7) e já tem parecer pela aprovação
PLC 44, de 2000	Acrescenta dispositivos à lei que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência (institui regras para facilitar a sua entrada no mercado de trabalho)	Executivo	Iris Rezende (PMDB-GO)	_____	O projeto está na pauta da reunião que a CCJ realiza nesta quarta-feira (dia 7)
PLS 276, de 2000 (Complementar)	Acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal para uniformizar os mandatos de dirigentes do Poder Judiciário com o ano fiscal	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Ramez Tebet (PMDB-MS)	_____	O projeto está na pauta da reunião que a CCJ realiza nesta quarta-feira (dia 7)

Ademir quer combater grilagem com mudança na Lei de Registros

Para combater a grilagem de terras no país, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou projeto de lei que permite o cancelamento por simples processo administrativo dos registros de imóveis baseados em documentos falsos ou negócios fraudulentos. A legislação atual sobre registros de imóveis somente permite o cancelamento através de sentença judicial.

O projeto de lei está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, se aprovado, irá direto à Câmara dos Deputados, a menos que sua apreciação pelo Plenário seja requerida por um décimo dos senadores. A proposição de Ademir prevê, ainda, a possibilidade de os cartórios cancelarem *ex-officio* um registro nulo, definindo com maior clareza os atuais dispositivos da Lei de Registros Públicos.

“Dessa forma, também os órgãos do poder público, conforme a jurisdição a que o imóvel esteja sujeito, poderiam pedir diretamente ao Cartório de Registro o cancelamento de registro irregular através da via



Ademir propõe simplificação do cancelamento de registros baseados em documentos falsos

administrativa em vez da judicial”, explicou o senador.

O projeto também obriga os cartórios de registros a consultarem os órgãos fundiários em quaisquer registros, e a parte interessada a apresentar a certidão de regularidade cadastral. “Esta, sem dúvida, é a principal mudança na LRP (Lei dos Registros Públicos), pois pela proposta apresentada nenhum registro poderá ser feito sem que o imóvel esteja matriculado e cadastrado nos órgãos fundiários do país”, destaca o parlamentar.

Projeto de Pontes reduz juros de crédito rural no Norte e Nordeste

Entre as matérias a serem examinadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 2001 está o projeto de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que reduz os encargos financeiros dos créditos rurais para empreendimentos nas áreas de atuação das superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). A matéria foi examinada em dezembro de 2000 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou por unanimidade parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) favorável à constitucionalidade e juridicidade do projeto de lei.

O projeto determina que os encargos financeiros dos créditos rurais — que compreendem juros e atualização monetária — não excederão a 40% das taxas e índices vigentes nas demais regiões do país, no caso de micro e pequenos produtores. Para os médios produtores, os encargos poderão atingir, no máximo, 60% das taxas e índices em vigor nas demais regiões, de acordo com o projeto. Já os encargos para os grandes produtores poderão chegar a 80% dessas taxas e índices. O exame da matéria pela CCJ foi pedido pela Comissão de Assun-

tos Econômicos. O relator na CCJ, senador Lúcio Alcântara, rejeitou emenda apresentada pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), que reduzia esses índices para 20%, 30% e 50%. Em seu parecer aprovado na CCJ, Alcântara afirmou ser notório haver graves diferenciações de produtividade das explorações agropecuárias em função de localização dos empreendimentos, e que as taxas de retorno são muito menores nas áreas da Sudam e Sudene. Durante muitos anos, explicou, as autoridades, reconhecendo essa diversidade, mantiveram taxas de juros diferenciadas para municípios da Sudam e Sudene, mas há algum tempo esses critérios foram abolidos.



Proposta de Luiz Pontes foi aprovada pela CCJ e agora será apreciada na CAE

PFL mantém Hugo Napoleão na liderança

Ex-ministro e ex-presidente do partido, o senador foi reconduzido ao cargo de líder por decisão unânime dos integrantes da bancada

Pela terceira vez consecutiva o senador Hugo Napoleão (PI) vai ocupar a liderança do PFL no Senado. Ele foi escolhido por unanimidade pelos 21 senadores que integram a bancada e ficará no cargo até fevereiro de 2003. O nome de Hugo Napoleão passou pelo crivo de uma consulta prévia aos parlamentares e foi confirmado na semana passada.

Advogado, com 58 anos, Hugo Napoleão começou sua carreira política como deputado federal em 1975. Foi governador do estado do Piauí de 1983 a 1986. Che-

gou ao Senado em 1987, ano em que foi instalada a Constituinte, da qual participou como titular da Subcomissão do Poder Executivo e da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

Hugo Napoleão também foi ministro da Educação e da Cultura e presidente nacional do Partido da Frente Liberal. Faz parte da Academia Piauiense de Letras e possui vários trabalhos publicados, entre os quais *O Acordo da Dívida – Uma Nova Esperança, Por que Investir no Brasil e O Admirável Mundo das Comunicações*.



Hugo Napoleão deverá ocupar a liderança do PFL até fevereiro de 2003

Juvêncio pede Defensoria Pública independente e bem remunerada

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) fez um apelo ontem pela rápida aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que concede autonomia financeira e administrativa à Defensoria Pública. Esse organismo consiste no conjunto de advogados do Estado que defendem réus sem meios para pagar honorários advocatícios. A emenda está começando a tramitar no Senado, depois de aprovada na Câmara dos Deputados.

Para Juvêncio, os defensores públicos deveriam ser bem remunerados e dispor de infra-estrutura funcional semelhante à dos promotores do Ministério Público.

— Não é o que acontece em Mato Grosso do Sul, onde os defensores recebem um terço dos



Juvêncio da Fonseca lamenta situação da Defensoria Pública em Mato Grosso do Sul

salários dos promotores, não tendo sequer uma secretária ou equipamento de informática. Além disso, estão recebendo seus vencimentos com dois ou três meses de atraso — denunciou.

O senador explicou ser por meio

da Defensoria Pública que o Estado estende seus braços para os carentes, entre eles os sem-terra. Em sua opinião, esse é um instrumento de tranqüilidade pública e de inclusão social. Ele estranhou que seja justamente o governador do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, que tanto prega o resgate da dívida social, uma das autoridades que vêm negligenciando a instituição da Defensoria Pública.

Em apartes, os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Ramez Tebet (PMDB-MS) sustentaram a importância de os governos federal e estaduais prestigiarem a Defensoria Pública, em face do relevante trabalho de cunho social que desenvolve.

SENADO FEDERAL
UM CANAL ABERTO COM O CIDADÃO

Se você é de Brasília
sintonize o novo canal aberto 51 UHF

Se você não é de Brasília
sintonize a TV Senado através de antena
parabólica com sinal analógico na frequência
de 4130 MHz via BRASILSAT B1

A TV Senado continua disponível também
nas operadoras de TV por assinatura do país
(Sky, Net, Direct TV e Tec Sat).

TV SENADO
Você no sistema de política nacional

CRE analisa projetos que limitam armas de fogo

Senador Pedro Piva, relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores, apresentou relatório recomendando a aprovação de um dos projetos de lei em tramitação, o que permite a posse mas impede o porte de armamento

Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) voltam a debater hoje, em reunião marcada para as 17h30, a questão da limitação do uso de armas de fogo em território nacional. Os projetos originais que tratam do tema, bem como o substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), elaborado durante a tramitação da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foram incluídos na pauta da convocação extraordinária do Congresso.

Na CRE, o senador responsável pelo exame da matéria é Pedro Piva (PSDB-SP), que já apresentou seu relatório sugerindo a aprovação de um dos projetos, o PLS 292/99. Esse projeto prevê que o cidadão poderá possuir armas de fogo, mas está impedido de portá-las. O registro para o porte será bastante rigoroso e deverá ficar restrito às pessoas que tenham atividades profissionais ligadas ao uso de armas, como policiais, militares e seguranças.



Para Piva, o substitutivo de Calheiros que proíbe a venda de armamentos em território nacional é inconstitucional e, por isso, o senador do PSDB recomenda uma solução intermediária. Uma outra providência prevista em seu texto consiste na abertura de prazo de 120 dias para a regularização das armas em circulação que não tenham registro.

O projeto indicado por Piva trata também de outras questões relacionadas com as armas de fogo, como a comercialização dos arma-

mentos e das munições, o armazenamento e os órgãos que ficarão responsáveis pelo registro e controle das armas e procedimentos.

Como o senador José Sarney (PMDB-AP), presidente da comissão, se recupera de uma cirurgia, realizada em São Paulo no final da semana, o próprio senador Pedro Piva, que é o primeiro vice-presidente do colegiado, deverá presidir os trabalhos da reunião, passando a presidência a outro senador no momento em que for ler seu relatório.

Álvaro insiste na quebra de sigilo bancário e fiscal de Eurico Miranda

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) documento contendo as justificativas para a quebra dos sigilos bancário e fiscal do presidente do Vasco, deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ). O Supremo, ao conceder liminar favorável a Eurico e a outros dirigentes, suspendeu a quebra de sigilo e determinou que a CPI justificasse o pedido. Álvaro Dias espera revogar a medida e possibilitar o acesso dos senadores às informações fiscais e à movimentação bancária do deputado.

O documento da CPI expõe denúncias envolvendo o dirigente vascaíno, como a de evasão de divisas nas negociações dos jogadores Bebeto e Edmundo com clubes do exterior e a realização de operação no valor de US\$ 110 mil sem o devido registro no Banco Central. Além disso, a CPI justifica a necessidade de quebra de sigilo citando outros episódios que envolvem Eurico Miranda e a administração do Vasco: o "sumiço" de R\$ 70 mil da renda de um jogo do clube contra o Flamengo, em 1997, que o dirigente alega terem sido roubados, e as dificulda-



Álvaro quer definir depoimento de ex-dirigentes do Vasco sobre a atuação de Eurico Miranda

des que, segundo o ministro da Previdência, Waldeck Ornélas, o clube carioca impôs à fiscalização do INSS.

Na opinião de Álvaro Dias, já há elementos suficientes para que a Câmara dos Deputados inicie processo de cassação contra Eurico Miranda. "Para o julgamento político não falta mais nada, além da instauração do processo que culmine com a cassação", comentou.

Além disso, sustenta o senador, o Ministério Público pode abrir inquérito para apurar as irregularidades e as suspeitas de enriquecimento ilícito levantadas pela Rede Globo no sábado.

— O que há é uma coleção de ilícitos que configuram crimes contra a ordem tributária e contra o sistema financeiro nacional: evasão de divisas, sonegação fiscal e enriquecimento ilícito. Já temos informações bancárias e fiscais e precisamos de um detalhamento que a liminar do STF interrompeu.

As denúncias de evasão de divisas e lavagem de dinheiro, por meio de firmas sediadas em Miami, das quais o deputado seria sócio, devem ser investigadas com a cooperação de autoridades americanas. Álvaro Dias informou que vai enviar ofício à Advocacia-Geral da União, solicitando a quebra do sigilo no exterior. Isso será possível devido a acordo de cooperação e assistência judiciária mútua em matéria penal, aprovado pelo Senado em dezembro.

Hoje, Álvaro Dias se reunirá com o relator da comissão, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), para definir as datas dos depoimentos do ex-presidente do Vasco Agarthino da Silva Gomes e do ex-conselheiro do clube Levy Lafeté. Eles deverão trazer novas informações sobre irregularidades que teriam sido cometidas por Eurico Miranda.

CCJ aprecia uniformização de mandatos no Judiciário

Está na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de amanhã o projeto de lei que ajusta os mandatos dos presidentes de tribunais ao exercício financeiro. O projeto, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), aguarda parecer do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que foi designado no dia 31 de janeiro.

A matéria altera a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. O novo texto estipula que os mandatos dos titulares de cargos de direção dos tribunais se iniciarão no dia 1º de janeiro de seu ano inaugural e terminarão em 31 de dezembro do ano seguinte. Para os que já ocupam esses cargos, o projeto estabelece que o mandato será prorrogado a partir da data em que a lei entrar em vigor até 31 de dezembro do mesmo ano.

Em sua justificativa, Lúcio Alcân-

tara lembra que os tribunais têm mandatos bianuais que se iniciam em diversos meses do ano. Segundo ele, isso dá lugar a "uma situação caótica, com equipes administrativas diferentes funcionando no mesmo exercício financeiro". O parlamentar acrescenta que tal fato dificulta o bom desempenho da gestão fiscal e a necessidade de um bom planejamento, que é um dos objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O autor do projeto diz ainda que o Poder Executivo tem mandatos que se iniciam em 1º de janeiro, enquanto o Legislativo tem sua posse tardia — 1º de fevereiro — em virtude do recesso parlamentar respeitado pelas Casas que fazem as leis. No seu entender, falta, portanto, adequar apenas os mandatos dos dirigentes do Judiciário ao exercício financeiro, que no Brasil coincide com o ano civil.

Relator dá parecer favorável a mudança na lei da seguridade

O projeto que elimina inconstitucionalidades da Lei Orgânica da Seguridade Social, possibilitando que administradores públicos federais, estaduais e municipais que atrasarem ou deixarem de recolher contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sejam punidos, já tem voto favorável do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Fogaça (PMDB-RS). O relatório será submetido à votação dos membros da CCJ na reunião marcada para amanhã, às 10h.

Fogaça acredita que a proposta, de autoria do Executivo, corrige "dupla inconstitucionalidade" da lei, a qual determina que o dirigente de órgão público é responsável pelas infrações cometidas sob sua administração, mesmo que não tenha participado diretamente delas. Além disso, o artigo 41 da lei não prevê a possibilidade de defesa da autoridade acusada, já que impõe que as multas aplicadas sejam descontadas diretamente em folha de pagamento.

"O artigo tem suscitado inúmeros problemas operacionais entre o INSS e os dirigentes municipais que



Fogaça: lei deve tipificar claramente a prática de infração e assegurar direito de defesa

estão filiados ao sistema previdenciário. É preciso que a lei possa tipificar claramente a prática de infração. A proposta garante aos litigantes e aos acusados o contraditório e ampla defesa em processo judicial ou administrativo", afirma Fogaça.

O Executivo propõe nova redação para que a autoridade ou servidor público que infringir a lei seja punido da forma prevista nela própria. O projeto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e, caso seja aprovado pelo Plenário do Senado, como sugere o relator na CCJ, sem alterações, seguirá para a sanção presidencial.

Suplicy apóia acesso da Receita a dados do contribuinte

Senador defende cumprimento de lei aprovada pelo Congresso no ano passado e alerta que uma concepção inflexível do sigilo bancário tem funcionado como barreira ao combate da sonegação de impostos e contribuições

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu ontem o cumprimento da lei aprovada no ano passado pelo Congresso permitindo o acesso da Receita Federal a dados bancários de contribuintes, independentemente de autorização judicial. Em breve o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronunciará sobre a constitucionalidade da lei, ao julgar ações movidas pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), Confederação Nacio-

nal da Indústria (CNI) e pelo Partido Social Liberal (PSL).

Segundo Suplicy, a abertura dos dados bancários à Receita ocorreria sob determinadas condições, preservado o sigilo, ou seja, sem o repasse do material obtido a terceiros. Os críticos da lei temem abusos por parte da Receita e dos seus fiscais.

— Não me parece que essas críticas tenham muito fundamento, em especial o argumento de in-

constitucionalidade. Uma concepção inflexível do sigilo bancário tem funcionado como uma barreira importante ao combate da sonegação de impostos e contribuições — disse Suplicy.

Depois de lembrar que a quebra do sigilo faz parte de propostas históricas do PT, Suplicy observou que a abertura dos dados ao fisco estaria respaldada na Constituição. Entre os partidários desse ponto de vista está o ex-secretário da Receita Federal Osiris Lopes Filho. O tributarista entende que a quebra do sigilo está prevista no artigo 145, que faculta à autoridade tributária, respeitados os direitos individuais, “identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte”. O que a Constituição garante, em seu artigo 5º, é a inviolabilidade do direito ao sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas, conforme o senador.

Suplicy também citou como contribuição significativa ao debate da questão as declarações ao jornal *Folha de S. Paulo* do presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Roberto Setúbal. Segundo o banqueiro, é essencial que se dê ao governo meios para desenvolver um projeto social que todo o Brasil reclama.

PLANOS

Eduardo Suplicy anunciou ontem que os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), candidato da oposição à Presidência do Senado, e Jader Barbalho (PMDB-PA), candidato do PMDB, aceitaram expor ao Plenário as propostas para um possível mandato no período de 2001 a fevereiro de 2003. Jefferson fará sua exposição hoje.

Suplicy considera fundamental para a transparência das atividades do Senado que os candidatos possam falar abertamente sobre suas plataformas, o que, lembrou, nunca ocorreu desde que chegou à Casa, em 1991. Para o parlamentar, acima de tudo, a escolha do sucessor de Antonio Carlos Magalhães deve ser um ato de fortalecimento do Senado.

Suplicy, que passou o fim de semana em São Paulo, visitou o senador José Sarney (PMDB-AP), que se recupera de uma cirurgia na vesícula. Suplicy acredita que Sarney concluirá sua recuperação em Brasília e estará presente à eleição, a ser realizada no próximo dia 14.



Suplicy garante que a abertura dos dados ao fisco está respaldada na Constituição

Senador homenageia o músico Herbert Vianna

O senador Eduardo Suplicy, na presidência da sessão plenária de ontem, homenageou o cantor e compositor Herbert Vianna, do grupo Paralamas do Sucesso, que sofreu um acidente de ultraleve no domingo. Suplicy apresentou votos de recuperação e leu várias notas extraídas de agências de notí-

as em tempo real.

O senador apresentou uma breve biografia de Herbert Vianna e um histórico da formação da banda, e leu também a letra de um sucesso do grupo que considera de grande conteúdo social, *Alagados*. Suplicy lamentou a morte, no acidente, de Lucy Needham Vianna, mulher do cantor.

Mauro Miranda quer mais atenção para o setor de revenda de combustíveis

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu políticas públicas para o comércio de combustíveis e alertou para a possibilidade de paralisação das atividades do setor de revenda. A categoria, de acordo com o senador, reclama das margens estreitas de lucro com que vem trabalhando. Segundo o sindicato dos revendedores de Goiás, em 1994 a margem para a comercialização do óleo diesel era de 20,23%. Hoje, apesar do aumento considerável do preço pago pelo consumidor final, a margem caiu para 9,14%.

— Apesar dessa baixa lucratividade, o governo de Goiás decretou um aumento da alíquota de ICMS sobre o diesel de 17% para 18%, custo que não pode ser repassado ao consumidor — afirmou o senador, salientando que a alíquota é maior do que a cobrada em Minas Gerais, Tocantins e Distrito Federal.

Além disso, sustenta o senador, o setor vem sendo acusado pelo



Mauro Miranda afirma que os revendedores de combustíveis reclamam das margens estreitas de lucros

Ministério Público e pelo Procon de agir contra a economia popular. Isso produz, na avaliação de Mauro Miranda, a partir de irregularidades cometidas por uma minoria desonesta, uma imagem negativa para todos os empresários.

— Creio ser justo o pleito dos empresários do setor por mais atenção por parte do governo. Não será mais acertado agir, em vez de deixar a crise estourar? Prevenir, em vez de remediar? — questionou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *As Cores do Brasil* — Índios karajás
6h30 — *Agenda Econômica* — Sen. Roberto Saturnino fala sobre desenvolvimento
7h30 — *Entrevista* — Eduardo Esteves, da Confederação Mundial do Trabalho, fala sobre os trabalhadores e a globalização
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *Saúde/Unip* — O sono
9h — *As Cores do Brasil* — Índios xerentes
9h30 — *Entrevista* — Benício Schmidt, do Instituto Nacional de Ação Popular, fala sobre a variedade de idéias discutidas no Fórum Social Mundial
10h — 3ª Jornada Brasileira de Direito Processual Penal — Palestras de Carlos Alberto Carmona, Ada Pellegrini Grinover, José Gregori e José Carlos Barbosa Moreira
11h15 — *Agenda Econômica* — Sen. Roberto Saturnino fala sobre desenvolvimento
12h — *As Cores do Brasil* — Índios karajás
12h30 — *Entrevista* — Sen. Lúcio Alcântara fala sobre sigilo bancário
13h — *As Cores do Brasil* — Índios xerentes
13h30 — *Agenda Econômica* — Sen. Roberto Saturnino fala sobre desenvolvimento

14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (vivo)
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
18h30 — Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Em seguida — *A Voz do Brasil*
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado Federal (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência — 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Tebet pede liberação do gado de Mato Grosso do Sul

Em defesa de Mato Grosso do Sul, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez ontem apelo ao Ministério da Agricultura para que libere as fronteiras do estado para a venda de carne bovina. O senador afirmou que o estado está livre da febre aftosa e não entende por que os técnicos do ministério não liberam sua fronteira.



"Pecuaristas merecem satisfação", diz Ramez Tebet

Conforme seu relato, a Delegacia Federal de Agricultura fez o que lhe competia e, com a ajuda das Forças Armadas e a colaboração eficiente dos produtores de gado, conseguiu debelar o foco.

Ele também argumentou que um relatório sobre a carne bovina, feito pelo estado, foi aprovado, com louvor, pelo Escritório Internacional de Epizootias, na França. E acrescentou que todos os esforços do estado não estão sendo compreendidos pelo Ministério da Agricultura, que não libera a fronteira. "Pior, seus técnicos não dão explicações. Mas

Boicote à carne brasileira não tem suporte técnico, afirma Osmar Dias

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) instou o governo brasileiro a reagir ao boicote comercial que o Canadá, os Estados Unidos e o México estão fazendo contra a carne bovina nacional, acusando o produto de estar sujeito à doença da "vaca louca", que tem atacado o gado europeu. "Não há argumento técnico para sustentar essas acusações. Trata-se de guerra comercial."



Osmar Dias: "É a nossa soberania que está em jogo"

O senador explicou que a doença da "vaca louca" pode se originar do consumo por bovinos de ração produzida com ossos de ovinos atingidos pela proteína degenerativa *scrapie*. Mas, para

os pecuaristas merecem satisfação, já que cumpriram com seus deveres", afirmou.

Conforme Ramez Tebet, existe um boato no estado de que a não liberação do gado deve-se a um boicote para defender outros interesses. Ele considerou isso grave, visto que o estado é o maior produtor bovino do país, com 23 milhões de cabeças de gado. Também condenou o boicote que os países do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) vêm fazendo às importações da carne brasileira. E disse que a globalização tem se mostrado cruel com os países em desenvolvimento, mas, de acordo com sua visão, é neste momento que o Brasil precisa defender Mato Grosso do Sul.

Em aparte, os senadores Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), Bernardo Cabral (PFL-AM) e Roberto Saturnino (PSB-RJ) se solidarizaram com as preocupações de Tebet. Juvêncio disse que o boicote ao estado vem da indústria farmacêutica de vacinas e de estados com maior poder econômico. Cabral afirmou que Mato Grosso do Sul não merece o que "certas autoridades estão fazendo com o estado". E Saturnino ressaltou que os parlamentares têm o dever de desconfiar dos países que tentam prejudicar a economia brasileira.

ele, o rebanho bovino brasileiro está protegido, porque o governo tomou medidas eficazes, entre elas, suspender a importação de animais dos países contaminados e proibir a fabricação de ração utilizando carne ou ossos de ovinos. Com isso, a cadeia de transmissão ficou inviabilizada.

Osmar Dias afirmou que o Brasil precisa negociar com firmeza e até denunciar, junto à Organização Mundial de Comércio, estar sendo vítima de retaliação. Ele reconheceu que a interrupção das exportações poderá trazer prejuízos enormes e até inviabilizar a pecuária do Brasil.

Osmar Dias afirmou que apresentará requerimento para que os ministros da Agricultura, Pratini de Moraes, e das Relações Exteriores, Celso Lafer, compareçam ao Senado para falar sobre a estratégia comercial que o Brasil adotará para se defender dessas falsas acusações.

Hartung quer ouvir ministro sobre embargo comercial

Decisão de suspender importações de carne do Brasil, tomada pelos países do Nafta, justifica o pedido de convocação de Celso Lafer

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou ontem requerimento convocando o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para prestar, em plenário, esclarecimentos sobre o embargo comercial imposto pelo Canadá, Estados Unidos e México à carne bovina brasileira, como também sobre o impasse entre Brasil e Canadá envolvendo os subsídios do governo canadense ao setor de aviação.



Paulo Hartung prega esforço para solucionar impasse

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou, em plenário, a

iniciativa de Paulo Hartung, acrescentando que, com a presença do ministro Celso Lafer no Senado, a questão poderá ser melhor esclarecida. Ele reconheceu que o ministro terá muito trabalho pela frente na tentativa de minimizar os efeitos das retaliações praticadas pelo Canadá no âmbito da Organização

Mundial do Comércio, e pediu o engajamento de todos no esforço de resolver o problema, sejam senadores, deputados ou autoridades diplomáticas.

Senador elogia trabalho da Pastoral da Criança

O senador Paulo Hartung elogiou a iniciativa do governo federal de indicar a Pastoral da Criança, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para receber o Prêmio Nobel da Paz de 2001. Hartung disse que a Pastoral da Criança, que tem 19 anos de atividade, merece respeito mundial pelo trabalho nas áreas de saúde, nutrição e educação da criança, do ventre materno até a idade de 6 anos.

O senador acrescentou que a pastoral também tem atuação fundamental na prevenção da violência em ambientes familiares, porque seu trabalho envolve diretamente as comunidades pobres e as próprias famílias. A pastoral acompanha mais de 1,6 milhão de gestantes e crianças carentes menores de seis anos

em mais de três mil municípios.

Hartung lembrou que a entidade conseguiu reduzir a metade da média nacional a mortalidade infantil nas comunidades carentes em que atua. Hoje, nas áreas atendidas pela Pastoral da Criança, morrem 17 crianças, em média, para cada grupo de mil nascidas vivas. Entre as crianças com menos de um ano de idade, o número cai para 12 óbitos para cada grupo de mil nascidas vivas.

Apenas 7% das crianças assistidas pela pastoral apresentam sintomas de desnutrição, enquanto a média nacional é de 16%. "Mesmo vinculada à CNBB, a Pastoral da Criança é autônoma e pode, com isso, desenvolver um trabalho ecumênico, garantindo acom-

panhamento de crianças e familiares, independente de religião, raça, cor ou opção política", disse Paulo Hartung.

A pastoral foi criada em 1982, lembrou o senador, por iniciativa do cardeal dom Paulo Evaristo Arns e do então diretor-executivo do Unicef (órgão das Nações Unidas para a infância) James Grant. Para tocar o projeto, dom Paulo juntou-se à irmã, a médica pediatra e sanitária Zilda Arns Neumann, e ao então arcebispo de Londrina, dom Geraldo Majella Agnel, hoje arcebispo primaz de Salvador.

Em apartes, os senadores Mauro Miranda (PMDB-GO) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) elogiaram o trabalho da pastoral e o discurso de Paulo Hartung.

Alcântara aplaude trabalho de reforma agrária no Ceará

Ao registrar a passagem do 22º aniversário do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace), o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) aplaudiu o trabalho desenvolvido pelo dirigente da entidade, engenheiro Antonio Bezerra Peixoto, na implantação do programa de reforma agrária no estado. Alcântara ressaltou também o apoio do governador Tasso Jereissati ao Idace.

O senador disse que, apesar

de o governo Fernando Henrique já ter desapropriado mais terras e assentado mais famílias do que a soma dos governos anteriores, ainda há a necessidade de procurar novas soluções para o problema. "E o Idace tem desenvolvido ações que serviram de exemplo ao governo federal", afirmou.

Dentre essas ações, Alcântara destacou a descentralização da reforma agrária e a criação do Banco da Terra, que permitem a desapropriação e aquisição de

terras a preços de mercado com juros subsidiados. Segundo ele, o Idace tem mostrado o como fazer reforma agrária com baixo custo financeiro e com a participação democrática daqueles que precisam da terra, o que resulta em um processo feito de forma pacífica, sem conflitos.



Alcântara destaca reforma agrária feita "sem conflitos"

Patrocínio quer liberar FGTS para qualquer empréstimo habitacional

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) fez um apelo à Câmara dos Deputados para que aprove, o mais rápido possível, projeto de sua autoria, já aprovado pelo Senado, que faculta ao trabalhador vinculado ao regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) utilizar o saldo de sua conta para adquirir a casa própria por meio de qualquer sistema financeiro habitacional.

Segundo Carlos Patrocínio, a proposta visa corrigir uma injustiça, porque a legislação em vigor permite que o trabalhador com conta no FGTS utilize seu saldo para adquirir moradia própria se o imóvel for financiado pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Lembrando que hoje há uma diversidade muito grande de financiamentos habitacionais, o senador afirmou que a restrição hoje existente tem-se mostrado pernicioso, com repercussões negativas sobre o sistema econômico como um todo.

Patrocínio ressaltou que o problema da habitação é uma das mais graves questões sociais que o país enfrenta. Ele informou que o número dos sem-teto vivendo nas



Patrocínio apelou à Câmara para que aprove o projeto que apresentou sobre o assunto

ruas do Rio de Janeiro aumentou em 400% entre 1991 e 1997. Em São Paulo, acrescentou, essa população cresceu 17% em apenas dois anos, enquanto o déficit habitacional no país pode chegar a 15 milhões de moradias.

— Ao abrir a possibilidade de movimentação da conta do trabalhador no FGTS para aquisição de moradia própria em qualquer sistema financeiro, o projeto vem não apenas facilitar o acesso da família brasileira a esse bem que lhe traz segurança e tranqüilidade, como também garantir dinamismo para o setor da construção civil, contribuindo para o aumento do emprego — frisou.

Mozarildo cobra medidas contra internacionalização da Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu medidas urgentes para deter o processo de internacionalização da Amazônia que, segundo ele, estaria sendo conduzido por dirigentes de países como Estados Unidos, França e Inglaterra. Para fundamentar suas afirmações, citou trechos de entrevistas em que políticos como Mickail Gorbachov, Margaret Thatcher, François Mitterrand, Al Gore, John Major e Henry Kissinger expressam a idéia de que a Amazônia não pertence aos brasileiros, mas ao mundo.

Mozarildo leu trechos de declaração de Thatcher em que a ex-primeira-ministra britânica afirma que “se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas, que vendam suas riquezas, territórios, fábricas”. Gorbachev, lembrou o senador, disse que “o Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais”, enquanto Mitterrand disse

que “o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”. Já o ex-vice-presidente dos EUA Al Gore afirmou: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”.

Para Mozarildo, é preciso que o Brasil coloque “um freio” nas iniciativas de países ricos para internacionalizar a Amazônia e diga claramente como a região deve ser explorada, conservada e desenvolvida “em favor dos brasileiros”.



Mozarildo vê ameaça à soberania da região nas declarações de vários políticos de expressão mundial

Emilia diz que fórum plantou a semente contra neoliberalismo

Encontro de Porto Alegre, afirma senadora, servirá de base para a busca de alternativas ao modelo hoje predominante no mundo

A recente realização em Porto Alegre do Fórum Social Mundial foi lembrada ontem pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), que considerou o evento “um marco deste início de século”. Ela contrapôs o fórum social — destinado a discutir formas de elevar a participação do povo nas decisões econômicas, sociais e ambientais — ao Fórum Econômico Mundial, realizado mês passado em Davos, Suíça, no qual investidores, banqueiros e autoridades governamentais discutiram os rumos da globalização.

Em contraste com a atmosfera de ordem e confraternização reinante em Porto Alegre, o clima em Davos era de violência e censura, conforme observou a senadora, referindo-se à repressão aos protestos contra as políticas neoliberais hoje majoritárias em nível mundial.

— Porto Alegre plantou a semente da construção da busca de alternativas ao atual modelo neoliberal criminoso, excludente e anti-social



Emilia Fernandes destacou o fato de FHC ter sido um dos poucos que criticaram o Fórum Social Mundial

— disse ela, que citou o presidente Fernando Henrique como uma das poucas vozes que vieram a público para criticar o encontro.

Segundo a senadora, Porto Alegre foi escolhida por ser um exemplo de administração apoiada em participação popular. Essa característica, aliada à capacidade de organização e espírito de luta do povo gaúcho, levou os organizadores a escolher a cidade para a realização do próximo fórum, em 2002.

Em aparte, Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que todos os povos do mundo se sentem prejudicados pelos efeitos do neoliberalismo, como o desemprego, a concentração de renda e a redução dos gastos sociais. Para Saturnino, o grande ganhador é o sistema financeiro internacional. Tião Viana (PT-AC) criticou a “hipocrisia neoliberal”, por esquecer o desenvolvimento humano e pregar a abertura dos mercados, impondo ao mesmo tempo políticas protecionistas que prejudicam as exportações brasileiras.

Emilia leu em plenário a íntegra da nota divulgada pelos parlamentares que participaram de um evento paralelo ao fórum — o Fórum Parlamentar Mundial. “Aos milhares, delegados e delegadas vindos de muitos países vieram afirmar que existem alternativas a esta ordem inumana. Afirmamos nossa solidariedade com os movimentos sociais e democráticos reunidos em Porto Alegre”, diz o documento.

Júlio Eduardo despede-se com defesa de crescimento ambientalmente justo

Em discurso de despedida, o senador Júlio Eduardo (PV-AC) — suplente da senadora Marina Silva (PT-AC), que volta a exercer o mandato após um período de afastamento — ressaltou os três temas que concentraram a sua atuação como primeiro senador do PV: a ameaça de escassez de água, a Amazônia e as mudanças climáticas globais.

Júlio Eduardo lembrou a edição da Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos e a criação da Agência Nacional de Águas mas ressaltou alguns pontos a serem regulamentados, como as reservas que ultrapassam os territórios dos estados e envolvem águas subterrâneas. Isto o motivou a propor uma emenda constitucional para defini-las como de domínio da União. “A mudança trará maior segurança jurídica e responsabilidade administrativa ao gerenciamento de recursos hídricos e à outorga de direitos sobre águas subterrâneas”, afirmou. Ele salientou que, em sua atua-

ção parlamentar, procurou evidenciar problemas e buscar soluções para a Amazônia e sobretudo para o Acre, possibilitando o fomento de uma economia sustentável e inteligente, com desenvolvimento social e ambientalmente justo. Júlio Eduardo destacou a importância de as entidades da sociedade civil e de todos os níveis da administração pública participarem de um esforço conjunto para propor alternativas “realmente amazônicas”.

Sobre as mudanças climáticas, destacou a necessidade de “atentar para a proteção da biodiversidade e da integridade do planeta, ameaçada por descontroles climáticos artificialmente produzidos pelo excesso de poluição”.

Referiu-se ainda a artigo do jornalista Elio Gaspari, publicado domingo em *O Globo*, em defesa da candidatura de Jefferson Péres (PDT-AM) à Presidência do Senado, e agradeceu a acolhida carinhosa que recebeu, em especial dos se-



Júlio Eduardo manifestou preocupação em relação à ameaça de escassez de água

nadores Tião Viana (PT-AC) e Heloísa Helena (PT-AL). Elogiou ainda a competência dos assessores do gabinete da senadora Marina Silva. Em apartes, os senadores Paulo Hartung (PPS-ES), Tião Viana, Roberto Saturnino (PSB-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Carlos Patrocínio (PFL-TO) ressaltaram a competência de Júlio Eduardo e o parabenizaram pelo trabalho desenvolvido durante seu período de atuação parlamentar.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Carlos Patrocínio e Eduardo Suplicy